



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL
CORREGEDORIA

COMITÊ TÉCNICO DE CORREIÇÃO
PORTARIA Nº 951 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

**ATA DA 5ª REUNIÃO DO COMITÊ
TÉCNICO DE CORREIÇÃO – CT/MTPA**

Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às nove horas e quarenta e quatro minutos, deu início a 5ª Reunião do Comitê Técnico de Correição, que aconteceu na sala interativa, localizada no sexto andar do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, com a presença do Jorge Arzabe, Corregedor dos Ministérios dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) e presidente do Comitê Técnico de Correição designado pela portaria nº 951, de 21/11/2017 bem como os membros do referido Comitê: Silvia Schmitt, Chefe da Assessoria de Controle (VALEC), Eliana Penna, Chefe da Assessoria Especial (VALEC), Kênia Cristina de Sousa Penha, Corregedora - Substituta do MTPA, Gidalti Inácio Silva, Corregedor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Thiago Freitas Amorim, Corregedor da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), Vlândia Pompeu Silva, Corregedora da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Ronan Afonso da Silva, Corregedor da Agência Nacional e Transportes Terrestres (ANTT), Andresa Barcelos Bezerra, Chefe de Serviço da Coordenação Disciplinar (CODESP), Adenilza O' de Almeida, Gestora do SIC e Ouvidora(CDP), Marcos Antônio Rocha, Representante da Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA), Francisco de Assis Portela Milfont, Coordenador de Gestão Empresarial (CODESA), Mariana Araujo Athaide de Mello, Encarregada da Sindicância e Procedimento Disciplinar (CDRJ), Raimundo José de Oliveira, representante da CDC, Carlos Renato Fonseca da Costa, (CODERN), Leandro Toshio Matsuoka (CODOMAR) além dos convidados Fabian Gilbert Silva Maia, Corregedor Setorial do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (CGU) e do Thiago Rodrigues Aires, (CODESP). A 5ª reunião do CTC iniciou-se com o Dr. Jorge Arzabe deixando aberto aos presentes para que pudessem levantar possíveis pautas a serem tratadas. Na sequência, ressaltou que o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil está fazendo um trabalho bem sólido em relação as políticas de governança e deu uns informes gerais sobre o trabalho realizado pelo Comitê Técnico de Integridade. Comprometeu-se em encaminhar a todos um relatório das ações que estão sendo realizadas para conhecimento. A senhora Adenilza informou que fez parte da Comissão sobre a política de integridade na Companhia Docas do Pará – CDP e já concluíram o instrumento normativo, que foi encaminhado para aprovação da diretoria, seguido do CONSAD. Tão logo seja aprovado ficará disponível no site. Informou que houve uma palestra com o auditor da CGU sobre conflitos de interesse na tentativa de sanar as dúvidas. Informou também que recebeu do TCU o questionário de governança. O presidente reforçou que o CTC não tem apenas interesse nas realizações de PAD, é preciso também ter um olhar para as políticas de prevenção e de integridade

e por isso acha importante circular entre o grupo materiais que cada órgão ou entidade tenham sobre esse assunto. Dr. Jorge pontuou a questão de ser encaminhado do CTC um documento solicitando aos presidentes das DOCAS que indicassem um representante para que efetivamente comece a se alimentar o sistema CGU-PAD nas Companhias. Ressaltou que foi um convite feito pelo Dr. Leonardo Carreiro Albuquerque (MTPA) que é Conselheiro Fiscal na CODESA, e questionou sobre o posicionamento dos presentes em relação a esse assunto. Enfatizou que a intenção é que com esse documento os Presidentes das Docas deem um apoio maior a essa área, e que seria muito importante para implantação do Núcleo de Corregedorias das DOCAS ter a série histórica dos procedimentos abertos para dar mais ênfase no momento de pleitear essa implantação a Presidência. Dr. Jorge falou sobre o questionário de diagnóstico da atividade correcional, que foi encaminhado, recebendo poucas respostas até o momento. Alguns dos presentes se manifestaram relatando que não receberam o questionário. O senhor Marcos (CODEBA) enfatizou que o questionário em alguns pontos não se aplica as DOCAS por serem perguntas muito específicas de Corregedoria. A senhora Sílvia (Valec) informou que no Órgão que atua também não tem Corregedoria implantada, porém o processo disciplinar ocorre. Relatou que, apesar da obrigatoriedade de se registrar os processos no CGU/PAD desde 2006, até o ano de 2012, isso não era cumprido. Em 2013, o Presidente nomeou uma funcionária para cuidar do CGU-PAD ainda que não tivesse competência regimental e, a partir de então, determinou-se que todos os processos, daquele momento em diante, seriam cadastrados. Relatou também que foi feito um mutirão para sanar os processos passados, o que levou dois anos para acabar. Relatou que grande parte dos processos foi cadastrada fora do prazo, o que foi fundamental para identificar a necessidade de criação de um fluxo interno eficaz. Informou também que foi criado o juízo de admissibilidade, o que permitiu ter menor volume de processos instaurados e mais qualidade na apuração. A senhora Eliana ressaltou que a implantação do TAC e TCA reduziram significativamente as sindicâncias. Sugeriu as DOCAS que ainda não tem Corregedoria formada que comecem pelo juízo de admissibilidade, e ressaltou que, na VALEC buscou-se advogados para atuarem nessa área, por partir do pressuposto que teriam mais intimidade com os ritos dos processos, além de procurar pessoas com bom senso para aliar ao conhecimento.

O senhor Gidalti (DNIT) sugeriu que antes de cadastrar no CGU-PAD seja feito um pré-cadastro com o preenchimento de um formulário que dará mais agilidade. A senhora Kênia (MTPA) também ressaltou que a Corregedoria do MTPA utiliza um formulário como pré-cadastro e se põe a disposição para compartilhar com os demais. O senhor Fabian (CGU) acrescentou que acompanha todo esse dilema da alimentação do CGU-PAD e se colocou a disposição para auxiliar quaisquer DOCAS que se dispuser a fazer esse cadastramento de forma compromissada. Mencionou o caso da CDRJ que fez esse compromisso e teve todo o apoio de sua equipe. Ressaltou que existem outros sistemas, por exemplo, o sistema que é utilizado na VALEC e se comprometeu a trazer alguns modelos de sistemas. O senhor Ronan (ANTT) reforçou que é necessário reforçar a motivação dos servidores para atuar nas Corregedorias. A senhora Mariana (CDRJ) falou um pouco sobre sua experiência, ressaltando que começou a cadastrar pelos processos em andamento. Achou interessante a questão de mandar para as Comissões os formulários. A senhora Sílvia (VALEC) enfatizou que é necessário levar ao conhecimento das autoridades máximas dos órgãos que o não cumprimento de cadastramento dos processos no sistema CGU-PAD pode levar a reprovação das contas

pelo TCU. Primeiro vem uma ressalva posteriormente uma reprovação. O presidente retomou a palavra e falou um pouco sobre os cursos que irão acontecer sendo que nos meses de julho ocorrerão os cursos de licitação e contrato e de juízo de admissibilidade. Informa que o curso de licitação e contrato tem um público alvo o que faz com que não possa precisar quantas vagas irão restar para disponibilizar para os presentes. Já o curso de juízo de admissibilidade terão vagas disponibilizadas para as Companhias Docas. Comprometeu-se a encaminhar formalmente os convites. Deu continuidade dando um breve relato sobre a Campanha de Assédio Moral que ainda está acontecendo no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil inclusive sobre as rodas de conversas e informa que nas próximas rodas de conversas os Corregedores de Brasília serão convidados a participarem caso tenham interesse. O senhor Ronan (ANTT) deu informes gerais sobre o trabalho realizado pela Corregedoria em que atua, especialmente quanto às reuniões com as Superintendências finalísticas da Agência, para informar sobre os trabalhos em andamento, com destaque para o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC e Correição Ordinária na Unidade Regional da ANTT em Minas Gerais (Postos de Fiscalização e Sede). Não tendo mais para o momento o Presidente encerra a reunião às onze horas e cinquenta minutos.

Presidente do Comitê Técnico de Correição

JORGE ARZABE